

# Uma rosa-dos-ventos para a escola pública

**Debate Políticas de ensino**  
**José Eduardo Lemos**

A recente discussão em torno dos contratos de associação com escolas privadas extravasou o campo da Educação e, rapidamente, se retomou a velha, mas sempre renovada, polémica política e ideológica sobre o papel do Estado na sociedade. A discussão radicalizou-se tanto que, qualquer opinião sobre a “escola pública”, correrá o risco de ser capturada por um dos extremos em conflito e utilizada a favor ou contra as respetivas teses. Tentarei escapar à atração destes “campos gravitacionais” opostos.

A educação escolar é um serviço público assegurado pelo Estado a todos os cidadãos em idade escolar. O Estado tem vindo a garantir este serviço sobretudo, ainda que não exclusivamente, através dos estabelecimentos públicos de ensino. É neste contexto que se utiliza, frequentemente, a expressão “escola pública”. Defender a escola pública tem sido entendido, pois, como defender as escolas do Estado e o serviço de educação por estas fornecido aos cidadãos.

Neste texto, também tentarei defender a “escola pública”, não tanto através de gastos *slogans*, mas sim através de algumas ideias simples, bem compreendidas pela população, sobretudo por quem tem filhos nas escolas.

A primeira ideia é esta: a missão da escola pública, hoje, não é tanto a de garantir que todos os jovens em idade escolar a frequentam, mas sim a de garantir, logo à partida, uma educação escolar de qualidade a todos os que a procuram ou a ela recorrem. Esta diferença é crucial: não se espera que todos os jovens frequentem estabelecimentos públicos de ensino, antes se exige que o Estado garanta uma educação de qualidade a todos os que frequentam qualquer um deles.

Daqui decorre, por um lado, que uma escola pública que não garanta uma educação de qualidade não colherá o respeito nem a confiança da população que serve e, mais cedo que tarde, perderá alunos para outras escolas, públicas e privadas. Por outro, ao centrarmos a missão da escola pública não na quantidade de jovens que serve, mas sim na qualidade da formação/educação que presta, torna-se óbvio que não é encerrando as escolas privadas que se defendem as públicas. Antes pelo contrário, os portugueses darão mais valor e defenderão com mais denodo a escola pública quando constatarem que a educação por esta oferecida aos jovens cidadãos é, no mínimo, de tão boa qualidade como a que é oferecida pela escola privada.



ADRIANO MIRANDA

A segunda ideia é esta: a defesa da escola pública passa, incontornavelmente, pela valorização da educação escolar, a qual se constitui como o melhor veículo de ascensão social, o melhor complemento da educação familiar e o melhor e menos oneroso mecanismo de formação e integração de cidadãos plenos e ativos na sociedade.

Valorizar a educação escolar exige dos seus agentes, e, especialmente, daqueles que a tutelam, uma escola pública de qualidade, na qual os profissionais são respeitados e os alunos são exigentemente avaliados. Uma escola em que exigência, disciplina, rigor e trabalho são valores estimados pelas famílias, pela comunidade e pelo Estado. Uma escola onde se ensina o valor da

responsabilidade pessoal e se combate a impunidade, onde os alunos se sentem apoiados, em segurança e motivados para o estudo e para a obtenção de bons resultados escolares.

A terceira ideia é esta: defender a escola pública é reforçar o seu caráter institucional e a relação de proximidade às populações que serve; é defender e respeitar a sua independência face a quaisquer interesses que não a educação dos jovens; é respeitar os seus órgãos de administração e gestão, escolhidos pela comunidade educativa, reconhecendo-lhes competência e

responsabilidade pela definição e execução do projeto educativo e pela gestão dos recursos próprios e/ou colocados à sua disposição.

Daqui decorre que defender a escola pública é defender e lutar para que a mesma se liberte do excessivo centralismo que atualmente a tolhe e dificulta a ação educativa. É defender que a escola pública deve ter muito mais autonomia do que aquela de que efetivamente dispõe.

A quarta e última ideia é esta: a escola pública não se defende com políticas erráticas nem com medidas avulsas, algumas delas promotoras do facilitismo e da mediocridade, outras promotoras de melhorias artificiais do sucesso escolar e tantas outras que respondem a interesses que nada têm a ver com a melhor educação para os alunos.

Nem se defende com medidas que, favorecendo sem critério conhecido umas escolas públicas em desfavor de outras, criam condições para uma concorrência desleal entre elas e, em última análise, geram desigualdades no tratamento dos cidadãos. Comparem-se as deploráveis instalações de algumas escolas com as magníficas construções da Parque Escolar.

Nem se defende nenhuma escola pública criando a ilusão de que a sua sobrevivência enquanto organização não depende da qualidade do serviço prestado, mas sim da garantia de frequência de um determinado número de alunos, mesmo contra a vontade e a preferência dos pais. Não creio que sejam eficazes medidas que, visando assegurar o funcionamento de qualquer escola pública, a coloquem sob uma redoma protetora da oferta (e da concorrência) de outras escolas, públicas ou não-públicas.

A escola pública ou tem um rumo bem definido e é capaz de prestar um serviço educativo cuja qualidade atraia os cidadãos, ou definhará como serviço público, deixando de cumprir o generoso objetivo que justifica a sua existência.

**Presidente do Conselho das Escolas**

# Galiza? Venha ela

**Nuno Pacheco**  
**Em Público**

Foi no dia 15 de Setembro que um deputado do PSOE se abeirou de António Costa e lhe entregou uma carta. Não continha nenhum segredo, mas sim um pedido. Que intercedesse pela adesão da Galiza à CPLP. O PSOE, disse o deputado, iria ganhar as eleições autonómicas e queria muito, sendo governo, “trabalhar com Portugal”. Tirando

o facto de o PSOE estar em vertiginosa queda em Espanha, esse desejo é já muito antigo. E é alimentado quer em Portugal, quer na Galiza, por grupos distintos. Ninguém duvida que a história e a cultura (nesta se incluindo a língua) nos aproximam da Galiza, e que isso tem, ao longo dos tempos, criado laços imorredouros. Mas a CPLP, tal com o nome indica, é uma comunidade de países e a Galiza é uma comunidade autónoma espanhola. Ignora-se isto? Altera-se para

CPPLP, passando a Comunidade de Países e Povos? Mesmo assim, resta a questão da língua, outra discussão antiga. Embora foneticamente e graficamente seja muito próxima do português de Portugal (e nela nos irmanamos), a língua galega orgulha-se, com razão, da sua identidade. Mas há quem pretenda, vejam só, a aplicação na Galiza do acordo ortográfico de 1990

(aliás, o “grupo excursionista” dos arautos do AO costuma ter uma participação galega), a pretexto de que ali se fala português. Isto tem oposto acerrimamente defensores do Português e do Galego, sem grande proveito. Se alinharmos várias palavras da Língua Galega veremos que, para passarem a Português, basta mudar uma ou duas letras. Por exemplo: *imaxes, proxectos, xeración, xeografias, paisaxe, xénese, subxectividade, estratéxico, misóxino, simboloxía, xa, paxariño* (onde o *x* substitui o *g* ou o *j*). Mas há diferenças mais acentuadas, como *moi* por muito ou *unha* por uma. Apesar disso, o fantasma da uniformização gráfica paira sobre a Galiza, e isso só pode entristecer quem a preza. Imaginam a língua de Castela ou Rosalía aplainada? Quanto ao resto, até para contrabalançar parceiros inenarráveis como a Guiné Equatorial, que venha a Galiza!

**Jornalista**  
**Escreve semanalmente à sexta-feira**

